

Entrevista com José Rivair Macedo: a consolidação do campo de História da África Antiga no Brasil*

Interview with José Rivair Macedo: the consolidation of the field of Ancient Africa History in Brazil

José Rivair Macedo é doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sendo hoje um dos mais importantes africanistas brasileiros. Na atualidade, é Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e bolsista de produtividade Nível 1D do CNPq. Nas últimas décadas, atuou em pesquisas vinculadas à História das Sociedades Africanas Antigas, com ênfase nas formações político-sociais mandinga e songai entre os séculos XIII-XVI, além de desenvolver estudos relacionados à africanologia e à percepção historiográfica acerca do continente africano. Em sua vasta produção editorial, destacam-se obras de referência para a consolidação do campo da História da África no Brasil, tais como *História da África* (2013), *O pensamento africano no século XX* (2016) e *Dicionário de História da África: séculos VII a XVI* (2017), este último em coautoria com Nei Lopes. Por conta de sua atuação, Macedo coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos e a Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, ambos da UFRGS, e é sócio da Academia Portuguesa de História e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

1. Belchior Monteiro Lima Neto: Ainda há poucas décadas era comum associar-se a História da África às noções de invisibilidade, passividade e imobilidade, perpetuando-se, como lugar de memória, a visão hegeliana da inexistência de uma história africana. Diante desse quadro, como o senhor avalia o florescimento dos estudos de História da África a partir da segunda metade do século XX?

José Rivair Macedo: Em primeiro lugar, agradeço pelo convite para esta entrevista e cumprimento a equipe editorial pela decisão de reservar espaço de destaque aos temas da Antiguidade africana. É uma iniciativa importante para a valorização de um campo de estudos que necessita de estímulos em nosso país.

* Entrevista concedida a Belchior Monteiro Lima Neto em 15 de setembro de 2017.

Em relação à pergunta, entendo que o nascimento de uma historiografia africana, feita a partir da África, está associado ao contexto da descolonização, nos anos 1950-1960. Em meados do século XX, havia certo consenso, fosse na Europa ou na América, fosse na África, que as independências e a constituição de Estados-nações autônomos na África supunham a recuperação de uma perspectiva histórica negada na fase inicial do colonialismo. Obras importantes produzidas naquele contexto, como *Nations nègres et culture*, de Cheikh Anta Diop (1954), e *Consciencism*, de Kwame Nkrumah (1962), advogavam a ideia da recuperação de um passado grandioso como elemento central para uma tomada de consciência e uma ação conjunta no presente.

Essa perspectiva do “nacionalismo africano” motivou, aliás, dois importantes modelos de interpretação que exerceriam grande influência nas décadas posteriores entre os pesquisadores africanos e afro-americanos: o modelo “afrocentrista”, proposto por Cheikh Anta Diop, cuja aposta residia na anterioridade e superioridade de uma civilização africana matricial para o mundo; e o modelo “africano”, proposto por Joseph Ki-Zerbo, cujo acento foi colocado nas dinâmicas e processos históricos endógenos. Deste modelo resultaria, aliás, o projeto mais bem-sucedido de uma perspectiva africana descolonizada, a coleção *História Geral da África*, patrocinada pela UNESCO.

Enquanto isso, na própria Europa, iniciativas acadêmicas viriam oferecer uma base de pesquisa científica ao campo dos estudos africanos, com o fortalecimento de grupos, núcleos e centros de pesquisa na Inglaterra e na França, capitaneados por pesquisadores como Roland Oliver e John Fage, entre outros, e com o aparecimento de periódicos especializados, como *The Journal of African History* (1961) e *Cahiers d'Etudes Africaines* (1960). Nos Estados Unidos, os pesquisadores Melville Herskovitz e Jan Vansina lançavam as bases dos estudos africanos em universidades estadunidenses, e surgia no Brasil, entre os anos 1959-1964, a primeira instituição dirigida especificamente aos estudos especializados sobre o continente africano, o *Centro de Estudos Afro-Orientais* (CEAO) da Universidade Federal da Bahia.

2. *A experiência histórica do continente africano é riquíssima, na medida em que a África é o berço da hominização e de civilizações ancestrais como a egípcia e a núbica, dois dos primeiros Estados constituídos pelo homem. Apesar disso, a África Antiga e Medieval, ao menos no Brasil, ainda é uma subárea do conhecimento histórico pouco desenvolvida. Dentro deste contexto, qual sua opinião sobre as atuais perspectivas de investigação acerca da História da África Antiga e Medieval no País?*

R: Entre os diversos problemas associados ao campo da história africana estão os da definição conceitual e metodológica, e os da periodização e do enquadramento cronológico. Não tenho qualquer dúvida sobre o caráter positivo do alargamento dos conhecimentos sobre a África em estudos que têm como referência a história de formações sociais e estatais extra-africanas. Para o período da Antiguidade Oriental e da Antiguidade Clássica, refiro-me ao aumento do número de estudos sobre aspectos internos da organização estatal e das relações sociais no Egito,¹ das formas de inserção e interação de norte-africanos com fenícios em Cartago ou de norte-africanos com romanos, vândalos e bizantinos, por exemplo.²

Em minha opinião, entretanto, a constituição de uma História da África a partir de referenciais africanos supõe a problematização dos referenciais eurocêntricos que se impuseram no estudo da história. Não me parece descabido levantar algumas questões aparentemente simples, cujas respostas, todavia, não são consensuais entre os pesquisadores: em que bases conceituais, teóricas e metodológicas convém pensar a Antiguidade africana? Os limites cronológicos seriam os mesmos daqueles que estamos acostumados a aplicar para a Antiguidade Oriental e a Antiguidade Clássica? Onde considerar o início e o fim do período da Antiguidade africana? Quais serão os marcos temporais significativos para a periodização da história africana?

Neste mesmo sentido, considero no mínimo problemática a identificação de uma “História Medieval” na África, a começar pelo fato de os elementos culturais e históricos cristãos, associados a essa periodização da história europeia, serem de modo geral estranhos aos povos do continente africano do período anterior ao século XV (com exceção, parcialmente, dos povos do Magreb até o século VII, da civilização axumita, abissínia e da Núbia a partir do século IV).³ Nesse caso, o melhor seria procurar uma aproximação entre a África e o “Islã clássico”, e não com a “Cristandade latina”, que deu forma ao medievo tal qual o concebemos – ele próprio, aliás, um conceito inventado pelos humanistas dos séculos XV-XVI como antítese da “modernidade”. Tal distância cultural talvez seja um dos motivos pelos quais as sociedades africanas anteriores ao século XVI continuam a chamar pouca atenção dos pesquisadores, que, com raríssimas exceções, teimam em se aventurar para além dos limites do Mediterrâneo e do Saara.

¹ Ressalte-se, neste sentido, a contribuição essencial das pesquisas e do trabalho de formação realizado pelo Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso, da UFF, para o caso da Egiptologia no Brasil.

² Ver, por exemplo, as atas do importante colóquio organizado por Mustapha Kanoussi; Paola Ruggeri; Cinzia Vismara, *L’Africa romana: geografi, viaggiatori, militari nel Maghreb: alle origini dell’archeologia nel Nord Africa* (1998).

³ Esta distinção não tem, entretanto, orientado os estudos de consagrados especialistas, cujas obras ostentam, desde os seus títulos, a referida comunhão histórica, como ocorre nos livros de Roland Oliver e Anthony Atmore (2001); Patricia Mckissak (1994) e Paulo Fernando de Moraes Farias (2004), entre outros.

Em defesa do que acabo de dizer, argumento que o fato de Sundjata Keita (c. 1190-1255), o primeiro *mansa* da antiga formação estatal englobante do atual Mali,⁴ ter sido contemporâneo de São Luís (1214-1270), governante do então Reino da França, não cria entre eles qualquer correspondência histórica, a não ser do ponto de vista cronológico. Ambos eram não apenas mutuamente desconhecidos, mas possuíam visões de mundo, experiências sociais e concepções políticas distintas e não compartilhadas. Cerca de um século depois da morte dos dois, quando o rei Jaime de Aragão presenteou o rei francês Carlos V com um belíssimo mapa portulano desenhado pelo judeu Abraão Cresques, a corte francesa dos Valois teve provavelmente a oportunidade de visualizar as rotas, cidades e oásis do gigantesco deserto do Saara, e nesta produção cartográfica puderam ver, pela primeira vez, a representação gráfica de um governante negro-africano. Embora apareça retratado em posição de majestade, o que se vê é a reprodução dos cânones de representação do poder dos monarcas medievais: um homem negro sentado em um trono com as pernas levemente cruzadas, portando uma coroa na cabeça, segurando um cetro com uma flor de lis em uma mão e uma pepita de ouro na outra – de modo similar aos imperadores do Império Germânico, que eram retratados portando, na mão direita, a representação do *Orbis Terrarum*. A África e o governante africano constituem, neste caso, uma representação imaginada, como François de Medeiros sublinhou há bastante tempo.⁵ As correspondências de sentido para as organizações políticas africanas daquele período não devem ser buscadas diretamente na Arábia ou em modelos muçulmanos orientais, mas nos processos constitutivos de modelos islâmicos propriamente africanos, gestados a partir do Magreb, em particular do Marrocos nos períodos Almorávida e Almôada, ou a partir do Egito nos períodos de hegemonia Fatímida, Ayyubida e do Sultanado Mameluco.

Este deslocamento obriga os(as) pesquisadores(as) a encontrar alternativas de análise documental, aparato conceitual e teórico específicos – sob o risco de não avançar rumo a um conhecimento descolonizado dos povos africanos e de sua história.⁶ Isto vem sendo parcialmente feito desde as décadas de 1970-1980, quando especialistas em estudos árabe-muçulmanos, como o francês Joseph Cuocq, o inglês John Hunwick, o brasileiro Paulo Farias e, sobretudo, o israelense Nehemia Levtzion, disponibilizaram aos pesquisadores repertórios documentais escritos originalmente em árabe em ótimas traduções para as línguas europeias.⁷ Ao mesmo tempo, uma produção historiográfica feita

⁴ Título dos antigos governantes do antigo Estado mandinga, que exerceram hegemonia na Bacia do Níger entre os séculos XIII-XV, denominado usualmente como “Império do Mali”.

⁵ François de Medeiros (1985), José Rivair Macedo (2001) e Anderson Ribeiro Oliva (2008).

⁶ Aspectos salientados pelo sociólogo senegalês Ousmane Oumar Kane (2003).

⁷ Joseph Cuocq, *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale* (1985); Nehemia Levtzion e P. Hopkins, *Corpus of early Arabic sources for West African History* (2000); John Hunwick, *Timbuktu and the Songhay Empire* (2003).

por especialistas africanos, como Djibril Tamsir Niani para a Guiné-Conacri, Madina Ly Tall e Zakari Dramani-Issifou para o Mali, Pathé Diagne para o Senegal, e mais recentemente por Shaka Bagayogo, Moussa Paré e Idrissa Ba têm insistido no estudo das tradições ancestrais e nas formas de expressão do poder nas sociedades africanas em processo de contato com o mundo muçulmano, de olho mais nas singularidades das formações sociais e estatais de longa duração do que nas rupturas e descontinuidades históricas introduzidas pelo Islã.

Também a conhecida periodização da “África pré-colonial” comporta visões generalizantes construídas de fora, a partir de modelos de interpretação hierarquizantes pouco favoráveis à autonomia histórica das dinâmicas africanas. Isto explica, segundo penso, que os trabalhos de pesquisa feitos no Brasil digam respeito quase sempre ao período posterior aos séculos XV-XVI, quando a África atlântica tendeu a ser inserida no Sistema-Mundo ocidental. Explica igualmente que os trabalhos de pesquisa relativos ao período anterior tenham sido elaborados a partir dos referenciais mediterrânicos, que são mais usuais entre nós.⁸

3. Apesar do relativo crescimento, no Brasil, de pesquisas acadêmicas vinculadas à África romana e ao Egito antigo, com diversas dissertações e teses defendidas nas últimas décadas, ainda são poucos os estudos devotados a outros domínios da história africana, tais como aqueles referentes aos reinos medievais de Gana, Mali e Songai, na África Ocidental. Em sua opinião, como podemos explicar esse descompasso?

R: Creio que, em parte, tal descompasso se deva aos critérios de escolha dos pesquisadores no momento da identificação da área preferencial de estudo e pesquisa. Salvo engano, prevalece, no Brasil, a opção de estudo pela África dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Africana), o que, de imediato, condiciona a escolha dos temas ao mundo africano Atlântico ou, no máximo, ao mundo africano Índico (para o caso de Moçambique). Realmente, pouquíssimos foram aqueles que optaram por outros ambientes e culturas, mas as exceções produziram resultados significativos.

Um dos maiores africanólogos da atualidade é o brasileiro Paulo Fernando de Moraes Farias, que atua no *Center for West African Studies*, da Universidade de Birmingham. Na segunda metade da década de 1960, ele deu início à sua formação como africanista, deslocando-se não a Paris ou Londres, mas para a República de Ghana, onde realizou seus estudos iniciais na área. Em vez de procurar as conexões históricas entre as sociedades

⁸ Algumas exceções são os trabalhos de Fábio Frizzo (2010); Bruno Veras (2015); Fábio Amorim Vieira (2016).

africanas ocidentais com o Brasil (como as da atual Nigéria, Togo e Benin), optou pelo estudo das relações históricas entre as sociedades magrebina com o mundo ibérico medieval – com pesquisa de mestrado acerca da constituição do Estado almorávida (séculos XI-XII).

Ao estudar árabe e depois o *tifinagh*,⁹ Paulo Farias tornou-se pesquisador de renome internacional, especializado no estudo dos manuscritos e da epigrafia afro-muçulmana, com notável trabalho de edição e interpretação de um vasto *corpus* de documentação escrita na área saeliana e saariana entre os séculos XII-XVIII, sendo o responsável pela publicação de uma coletânea de fontes que renovou os estudos africanos antigos, o livro *Arabic Medieval inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, chronicles and Songhay-Tuareg History* (2003). Grande conhecedor das crônicas africanas de Tombuctu, ele participou diretamente dos debates da formação do campo da Africanologia e teve papel de relevo na formação de especialistas nas últimas décadas,¹⁰ embora seu trabalho não tenha despertado o merecido interesse no mundo acadêmico brasileiro e em nosso mercado editorial – o que é uma lástima para todos nós.

4. Nas últimas décadas, os estudos de História Antiga e Medieval têm incorporado cada vez mais o aporte da cultura material, numa evidente aproximação com a Arqueologia, propondo-se interpretações alternativas sobre o passado africano e rompendo-se o caráter logocêntrico da escrita da História até há pouco predominante. Em que medida as pesquisas relacionadas à África Antiga e Medieval têm se beneficiado dessa aliança entre História e Arqueologia?

R: Desde o período colonial, na África Ocidental Francesa, a Arqueologia esteve entre as disciplinas valorizadas pelos agentes metropolitanos. Foi durante uma missão científica realizada por Bonnel de Mézières, em 1912, que se deu a identificação de Kumbi Saleh, a capital do antigo Estado de Ghana, que logo começou a ser estudada. Nas décadas seguintes, o *Institut Français d'Afrique Noire* (IFAN) contou com o aporte de dois pesquisadores com formação em Arqueologia, Raymond Mauny e Jean Devisse. Ambos desempenharam papel de destaque na formação de jovens antropólogos e arqueólogo na África e na Europa durante as décadas de 1950-1970.

Paralelamente, as pesquisas em Egiptologia desenvolvidas por Cheikh Anta Diop serviram de base para a criação, em 1968, do Laboratório de Rádio-Carbono na então recém-fundada Universidade de Dakar, onde viriam a ser desenvolvidas análises para determinar os vínculos histórico-culturais entre o Egito antigo e a África negra. De modo

⁹ Antiga escrita do grupo tamacheque, ou tuareg.

¹⁰ Para algumas avaliações de seu trabalho, ver Jean-Louis Triaud (2006) e Bertrand Hirsch (2005).

mais geral, somente a partir dos anos 1980 os países da África ocidental puderam contar com quadros intelectuais formados no próprio continente, e de lá para cá tem havido pesquisa regular em diferentes sítios.

Nesse período de afirmação de uma Arqueologia africana, os temas e debates valorizados relacionavam-se, via de regra, com a Arqueologia monumental: um dos mais célebres disse respeito à localização e datação do assentamento histórico de Niani, a sede de governo dos mansas do Mali.¹¹ Em data mais recente, projetos de pesquisa com grande aporte internacional têm sido realizados em áreas do litoral da Costa do Marfim e da Costa do Ouro, na área cultural Akan, por investigadores locais associados a norte-americanos interessados pela Arqueologia da Diáspora africana no Atlântico. Além do estudo das estruturas das fortalezas e aldeias circunvizinhas a elas, o foco tem sido dirigido para a análise dos vestígios da cultura material (cerâmica, utensílios, metalurgia) no período anterior e posterior aos contatos entre as comunidades costeiras com os europeus, e as alterações técnicas, econômicas e sociais decorrentes.¹²

No Nordeste do continente, excetuando a notável tradição da Arqueologia egípcia e núbica aplicadas à Antiguidade africana, pouco tem sido feito em sítios localizados além das primeiras cataratas do Nilo. Embora algumas missões arqueológicas de origem norte-americana e polonesa tenham estudado os vestígios arquitetônicos das comunidades de Faras e de Ksar Ibrim, estes estão entre os raros sítios bem estudados da Núbia cristã. Para Axum e a Abissínia, investigações sistemáticas têm sido realizadas por equipes sob a coordenação de François-Xavier Fauvelle Aymard e Bertrand Hirsch, que incidem seja nas estruturas arquitetônicas e correspondente cultura material e representações das igrejas rupestres, seja nos vestígios das comunidades muçulmanas do Chifre da África, correspondentes cronologicamente ao período da Idade Média europeia.¹³

Para a área situada abaixo do Estreito de Bab-el-Mandeb, alguns projetos com financiamento internacional têm recuperado a monumentalidade de comunidades swahili, como aquele coordenado por Stéphane Pradines, do Institut Français d'Archeologie Orientale, nas antigas mesquitas e palácios da cidade de Gedi, no Quênia. Mais para o Sul, encontra-se o prestigioso sítio do Grande Zimbabwe, em torno do qual foram realizados diversos programas de pesquisa que se estenderam a outras formações culturais da comunidade shona ou correlatas, em países como a África do Sul (Mapungbwe) e Moçambique (Manyikeni).

¹¹ Ver François Xavier Fauvelle-Aymar (2012).

¹² Christopher R. DECORSE (2013).

¹³ Os resultados de pesquisas arqueológicas desenvolvidas em diferentes partes do Nordeste do continente aparecem no livro de François Xavier Fauvelle-Aymar, *Le rhinocéros d'or: histoires du Moyen Age africain*. (2013). Ver resenha em Maria Cristina Cortez Wissenbach (2016).

Moçambique é, dos Estados africanos da comunidade lusófona, o que dispõe de alguma tradição de pesquisa arqueológica. Em Angola, são muito incipientes as investigações da Arqueologia histórica, e o pouco que se fez privilegiou a Pré-História ou determinados lugares considerados como patrimônio nacional ou mundial, como é o caso do sítio da antiga sede dos governantes do reino do Congo. Registre-se, aliás, que acaba de ser concluída a primeira pesquisa de caráter arqueológico sobre a África no Brasil, relativa às formas de apreensão da paisagem no sítio de Mbanza Kongo – situada ao norte da atual República de Angola.¹⁴

5. Na obra História da África (2015, p. 7), o senhor afirma que “o objetivo [da lei 10.639/03] é romper com o silêncio que persiste nos currículos tradicionais e ampliar o espaço da África e dos africanos na memória coletiva do Brasil”. Nesse sentido, qual a importância desta legislação para a consolidação do campo de História da África no país?

R: Ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino fundamental e médio, a legislação antirracista inaugurada pela Lei n. 10.639/2003, atualizada pela Lei n. 11.645/2008 e consubstanciada no Artigo 26-A da LDB, forçou os órgãos públicos a estimular a produção de material didático-pedagógico que desse suporte adequado aos educadores e, por extensão, forçou as Universidades, sobretudo as IFES, a introduzir na grade curricular dos cursos de História disciplina(s) obrigatória(s) de História da África. Parece-me indubitável a relação entre o aparecimento desta legislação e o fortalecimento da área dos estudos africanos em geral, e da História da África em particular. Não quer dizer, todavia, que tal fortalecimento tenha produzido reflexos diretos na sala de aula ou nas experiências de ensino fundamental e médio, inclusive porque as exigências técnicas, teóricas e metodológicas inerentes ao campo acadêmico quase sempre não são orientadas pelas necessidades educacionais, nem por convicções de natureza ético-política – como me parece ser o caso.

6. Alguns historiadores criticam pontos específicos da lei 10.639/03, sugerindo que ela tenderia a reforçar a polarização étnico-racial (brancos x negros; europeus x africanos), bem como incentivaria o retorno de uma História Política aos moldes tradicionais pelo fato de enfatizar datas comemorativas e propor a heroicização de personagens históricas, a exemplo de Zumbi dos Palmares. Haveria algum fundamento nessa crítica à legislação?

¹⁴ Bruno Pastré Máximo (2016).

R: É muito provável que os críticos da Lei 10.639/2003 desconheçam a resolução do Conselho Nacional de Educação, datada de 17/06/2004, que estabelece as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Numa leitura desse documento, que serve de fundamentação para a aplicação da legislação antirracista, veremos que o objetivo dela é promover a inclusão de elementos estruturantes das tradições e da cultura afro-brasileira nos planos de ensino e programas escolares como forma de introduzir a prática de uma educação baseada no princípio da diversidade.

O elemento central não é, portanto, a introdução de conteúdos de História, mas a efetivação de uma educação antirracista. Trata-se de uma ação afirmativa no âmbito educativo com a finalidade de promover o reconhecimento e a valorização dos afro-brasileiros, de modo a tornar mais equilibrada a dimensão multicultural e multiétnica de nossa sociedade – pensada até então a partir de moldes eminentemente europeus. O ponto central dessa legislação não diz respeito meramente à inclusão de temas vinculados à África e aos afro-brasileiros – inclusive porque, dependendo do modo como isso seja feito, o efeito pode ser pior do que o esperado –, e sim a uma alteração de caráter epistemológico e didático-pedagógico que leve em conta o caráter matricial dos aportes africanos e indígenas (é bom não se esquecer disso) na formação de nossa sociedade.

A base conceitual das diretrizes é retirada não de concepções racializadas – que visa a combater – ou de concepções identitárias hegemônicas, mas do princípio estruturante da diversidade cultural, social e política e do respeito às diferenças. Ali, nunca é dito que se deva abandonar o estudo dos aportes europeus (ibéricos ou não), mas de considerar com ênfase parecida outros aportes constituintes, que até aqui foram vistos como mera “contribuição”. Numa das passagens luminosas do documento, os(as) legisladores(as), baseando-se em Frantz Fanon, afirmam literalmente: “os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país”. Na continuação, é afirmado claramente que o que interessa não são os vínculos com o passado, mas qual tipo de sociedade e de relações sociais (e raciais) desejamos para o futuro.

Assim, segundo penso, o que menos importa é insistir em abordagens da História Política convencional, cujos nexos são articulados em torno do Estado e das elites que o

controlam. Nem em abordagens de uma África distante espacialmente e temporalmente. Interessa, creio, o fortalecimento dos vínculos históricos entre as sociedades africanas e as comunidades afrodescendentes em situação de Diáspora. De todo modo, a recuperação da história do continente, em si mesma, apresenta potencial antirracista ao devolver aos povos africanos capacidade de gerir o seu destino e criar as condições autônomas de seu futuro. Fazemos nossas as palavras do historiador nigeriano Toyn Falola, para quem é preciso restituir aos africanos o seu “poder de definição”, e isto significa, em primeiro lugar, escolher qual interpretação eles preferem dar ao seu passado.¹⁵

O ponto central das diretrizes curriculares e da legislação antirracista, no entanto, tem que ver diretamente com os afro-brasileiros, e não com os africanos em si. Sem cair na cilada da etnogênese e do essencialismo, interessa antes de mais nada reconhecer a historicidade e capacidade de agência histórica dos(as) africanos(as) e seus(uas) descendentes mantidos(as) durante séculos no Brasil em condição de cativo, e impedidos(as) após o encerramento formal do regime escravista de gozar plenamente da condição de cidadãos(ãs) brasileiros(as). Do ponto de vista do conteúdo, trata-se de aproximar as práticas de sala de aula aos resultados inovadores obtidos pela historiografia do Pós-Abolição, em que os(as) negros(as) passam a ser reconhecidos como sujeitos de sua própria história, capazes de resistir culturalmente ao profundo estado de privação durante o sistema escravista e reinventar sua existência em condição diaspórica (por intermédio de variados processos de reinserção social), capazes de resistir social e politicamente em variadas formas de organização social (das irmandades e clubes negros aos quilombos e aos movimentos políticos organizados), capazes de expressar suas experiências e vivências (por meio da tradição religiosa de matriz africana, das festas e da musicalidade, mas também da literatura e da arte), capazes de reivindicar seu lugar na sociedade e nos organismos de representação do Estado, enfim, capazes de ser agentes e sujeitos plenos de sua história.

7. Decorridos quatorze anos de implementação da lei 10.639/03, quais foram, em sua opinião, os resultados práticos no que diz respeito ao ensino da História da África Antiga e Medieval?

R: Pelas razões já apresentadas, que explicam, segundo penso, o descompasso entre a produção acadêmica e os processos de ensino-aprendizagem, creio que, no caso do ensino de história das antigas sociedades africanas, os resultados práticos não foram

¹⁵ Ver Toyn Falola (2007).

significativos. Excetuando a inclusão parcial de informações gerais sobre algumas delas em livros didáticos, pouco foi feito neste sentido. Eu mesmo coordenei, entre 2008-2010, um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o SECADI-MEC, nos termos do Programa UNIAFRO, com a finalidade de produzir material didático para dar suporte ao ensino da história africana anterior ao século XVI. O desenvolvimento do projeto “Viajando pela África com Ibn Battuta” produziu como resultados um vídeo-documentário, com a reconstituição histórica da viagem de Ibn Battuta ao “Império do Mali” no século XIV, um livro de apoio, destinado aos professores com diversos textos de contextualização histórica assinados por pesquisadores, e um caderno de estudos destinado aos estudantes, além de um sítio eletrônico com informações gerais sobre a pesquisa e um grande banco de imagens, mapas e subsídios de pesquisa, que deveriam ser hospedados na internet pelo SECADI-MEC. Após a preparação do material e o envio às instâncias governamentais, nenhuma resposta foi dada até o momento, de modo que praticamente todo o material permanece inédito, com exceção do vídeo, que acabou sendo disponibilizado no youtube.¹⁶

8. Ao longo da última década, diversos pesquisadores têm assinalado como um dos pontos críticos para a efetiva implementação do Ensino de História da África o quase anonimato das sociedades africanas da Antiguidade e da Idade Média nos currículos escolares da Educação Básica. Como o senhor avalia o tratamento dispensado, na atualidade, aos conteúdos de História da África Antiga e Medieval pelos livros didáticos?

R: Considero o livro didático como o elo mais fraco da cadeia por meio da qual se constitui o processo de ensino-aprendizagem, e digo isso não apenas como professor, mas também como autor deste tipo de publicação.¹⁷ Primeiro porque, ao ser concebido a partir de uma dada unidade de sentido, em geral vinculada ao que Jean Chezneaux denominou de “quadripartismo histórico” para a periodização de fundo eurocêntrico,¹⁸ e a uma narrativa articulada a partir de nexos causais de natureza eminentemente “estadocêntrica”, o caminho mais fácil às equipes editoriais responsáveis pela produção de livros didáticos é a inserção de conteúdos em uma estrutura de conhecimentos já estabelecida. Anderson Ribeiro Oliva, um dos maiores conhecedores brasileiros das questões relativas ao

¹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LpEuYhAsp3Y>>.

¹⁷ Entre os anos 1992-1998 preparei, em co-autoria com Mariley Wanderley Oliveira, o projeto didático *Uma história em construção* (4 volumes), publicado e distribuído pela Editora do Brasil até o ano de 2008. No mesmo período, escrevi diversos livros paradidáticos, entre os quais *A Mulher na Idade Média* (1989); *Movimentos Populares na Idade Média* (1992); *Religiosidade e messianismo na Idade Média* (1996); *Belo Monte* (1997).

¹⁸ Ver Jean Chezneaux (1995, p. 92-99).

ensino de História da África no Brasil, apontou em seus estudos os limites inerentes ao conhecimento transmitido por intermédio da literatura didática, que, embora tenha alterado sua forma e estilo narrativo, não introduz inovações epistemológicas que tornem possível a diversificação de abordagem. Conforme ele aponta, um dos maiores problemas encontrados nesse tipo de material tem que ver com o fato de que a África passa a ser tratada apenas a partir do contexto do tráfico de escravos, como se o continente não tivesse uma história anterior à escravidão atlântica. Os conceitos e categorias de análise não levam em conta as especificidades das formações sociais e políticas africanas, que aparecem descontextualizadas, como se o continente constituísse o prolongamento do mundo ocidental. De minha parte, considero muito difícil qualquer ruptura de abordagem proveniente da literatura didática. Entendo que a responsabilidade da mudança cabe aos professores, orientadores pedagógicos e gestores da educação, responsáveis que são pela elaboração de planos e programas de ensino abertos à inovação e transformação dos currículos escolares. O livro didático é um entre outros instrumentos pedagógicos e não deve orientar a escolha de temas e estratégias de ensino, que compete exclusivamente aos educadores.

9. Nos últimos anos, o senhor tem publicado diversas obras de caráter paradidático voltadas para a capacitação de professores e alunos de graduação em História, a exemplo de História da África (2015); O pensamento africano no século XX (2016); e Dicionário de História da África: séculos VII a XVI (2017). Como o senhor observa o comportamento do mercado editorial das publicações voltadas para a História da África no que diz respeito à consolidação deste campo historiográfico?

R: Ao longo de 32 anos de carreira no magistério (27 dos quais no ensino superior, 23 em universidade pública) tenho procurado dividir minhas prioridades como professor, pesquisador e orientador de estudos, pois vejo essas atividades como indissociáveis e complementares. Em um país como o nosso, com enorme defasagem na formação docente de ensino fundamental e médio, restringir a atividade universitária apenas ao exercício da pesquisa e formação acadêmica pós-graduada constituiria um luxo que, em minha opinião, ainda não podemos ter. Para o ensino de História da África, o ideal seria conjugar os resultados de pesquisa empírica e debate teórico-conceitual com o saber histórico escolar, mas isso nem sempre é fácil de fazer em virtude do acesso restrito a materiais de boa qualidade em língua portuguesa, ou a determinados obstáculos de caráter conceitual e metodológico já apontados. Por outro lado, o mercado editorial brasileiro reagiu ao incremento da legislação antirracista e começa a conceder determinado espaço

aos temas africanos em publicações de caráter infanto-juvenil e de caráter didático. Resta fazer o mesmo em relação a temas afro-brasileiros.

10. Como coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS, como o senhor observa o papel exercido pelos NEABIs no sentido de conferir maior visibilidade às sociedades africanas e a questões atinentes à cultura afro-brasileira nos meios acadêmicos brasileiros?

R: Desde meados dos anos 1990, os NEABIs têm paulatinamente desempenhado papel importante na introdução de procedimentos didáticos, questões teóricas e conceituais antirracistas no espaço acadêmico. São importantes centros de formação intelectual, de capacitação de professores e de difusão de perspectivas transformadoras, pautadas em conhecimento descolonizado. O surgimento da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), a criação de um Consórcio de NEABIs e a promoção regular de Congressos de Pesquisadores Negros (COPENE), em âmbito estadual, regional ou nacional, têm permitido a articulação de grupos de pesquisa e trocas acadêmicas enriquecedoras. Com a adoção de ações afirmativas em diferentes Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História de todo o país, entendo que os NEABIs estão assumindo um novo papel, o de fornecer condições materiais e dar suporte acadêmico para a produção de conhecimento científico a partir de referenciais válidos no tratamento de questões atinentes às experiências negras e indígenas, vindos de autores(as) negros(as) e indígenas, portadores de visões de mundo, de discursos e práticas comprometidas com a erradicação ou pelo menos minimização das desigualdades de cunho étnico-racial.

Referências

- CHEZNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.
- CUOCQ, J. *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale*. Paris: Éditions du CNRS, 1985.
- DECORSE, C. R. Coastal Ghana in the first and second millennia AD. *Journal des africanistes* [En ligne], p. 75-2, 2005, mis en ligne le 15 décembre 2008, consulté le 14 août 2013.
- FALOLA, T. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. *Afro-Ásia*, n. 36, p. 9-38, 2007.
- FARIAS, P. F. de M. *Arabic Medieval inscriptions from the Republic of Mali*. London: British Academy, 2004.

- FAUVELLE-AYMAR, F. X. *Le rhinocéros d'or: histoires du Moyen Age africain*. Paris: Alma Editeur, 2013.
- _____. *Niani redux*. En finir avec l'identification du site de Niani (Guinée-Conakry) à la capitale du royaume du Mali. *Palethnologie de l'Afrique, Palethnologie*, n. 4, p. 237-254, 2012.
- FRIZZO, F. *A Baixa Núbia como infra-estrutura para a construção da potência hegemônica egípcia na XVIII dinastia (1550-1323 a.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- HIRSCH, B. L'Épigraphie africaine médiévale. Autour de l'ouvrage de Paulo Fernando de Morais Farias. Arabic Medieval inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, chronicles and Songhay-Tuareg History. *Afrique & Histoire*, v. 4, p. 177-187, 2005.
- HUNWICK, J. *Timbuktu and the Songhay Empire: Al-Sadi's Ta'rikh al-Sudan down to 1613 and other contemporary documents*. Boston: Brill, 2003.
- KANE, O. O. *Les intellectuels non europhones*. Dakar: CODESRIA, 2003.
- KANOUSI, M.; RUGGERI, P.; VISMARA, C. (Ed.). *L'Africa romana: geografi, viaggiatori, militari nel Maghreb: alle origini dell'archeologia nel Nord Africa*. Roma: Carocci, 1998.
- LEVTZION, N.; HOPKINS, J. F. P. *Corpus of early Arabic sources for West African History*. Princeton: Wiener, 2000.
- MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MACEDO, J. R. M. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. *Signum*, v. 3, p. 101-132, 2001.
- _____. *Movimentos populares na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1992.
- _____. *Religiosidade e messianismo na Idade Média*. São Paulo: Moderna, 1996.
- MACEDO, J. R.; OLIVEIRA, M. W. *Uma história em construção*. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.
- MÁXIMO, B. P. *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MCKISSAK, P. *The royal kingdoms of Ghana, Mali and Songhay: life and medieval Africa*. New York: Henry Holt, 1994.
- MEDEIROS, F. de. *L'Occident et l'Afrique (XIII-XV siècles): images et representation*. Paris: Karthala, 1985.

- OLIVA, A. R. O. Da Aethiopia à África: as ideias de África, do medievo europeu à Idade Moderna. *Revista de História e Estudos Sociais*, v. 5, n. 4, 2008.
- OLIVER, R.; ANTHONY, A. *Medieval Africa (1250-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TRIAUD, J. Uma nova Idade Média saeliana a partir das inscrições árabes da República do Mali. *Afro-Ásia*, v. 34, p. 317-323, 2006.
- VERAS, B. *Périplo do ouvir, ver e narrar: a retórica e a alteridade na Rihla de Ibn Battuta (1304-1377)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- VIEIRA, F. A. *Os filhos da Núbia: cultura e deslocamentos na África antiga sob a XVIII dinastia egípcia (1550-1307 a.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- WISSENBACH, M. C. C. *Varia historia*, v. 32, n. 58, p. 269-272, 2016.